

## **A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR (BNCC): MANUTENÇÃO OU (RE)SIGNIFICAÇÃO DAS DESIGUALDADES DE APRENDIZAGEM?**

Carla da Conceição de Lima

Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM)

carla.lima@ufvjm.edu.br

A BNCC é um “documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica” (Brasil, 2018, pp. 7-8). Esse ideário coaduna com o controle para garantir a aquisição de determinadas competências, habilidades, resultados e desempenhos esperados, em prol da construção de um discurso que configura o que ensinar, deixando a cargo dos docentes e das escolas o como esse ensino será realizado. Nesta perspectiva, a aprendizagem repousa em um modelo de igualdade de oportunidades “que pressupõe, para ser justo, uma oferta escolar perfeitamente igual e objetiva” (Dubet, 2004, p. 542).

No entanto, os estudos sobre a BNCC têm ressaltado o currículo como um mecanismo de disseminação da cultura dominante que adapta a escola à ordem social vigente a partir de determinados saberes e valores (Meira, 2022); a redução do papel dos atores escolares – por meio de materiais didáticos, vinculação da BNCC às avaliações em larga escala – a uma perspectiva em que o processo educativo tem significativo aspecto mercadológicos que limita a formação dos estudantes (Zajac; Cássio, 2023); e os distintos graus de conflitos, ambiguidades, práticas e interações presentes nas configurações da implementação da BNCC nas redes de ensino (Lotta *et al.*, 2021). Nota-se ausência de discussões teóricas e empíricas sobre as possíveis relações entre a BNCC e as desigualdades de aprendizagem, especialmente quando moduladas por variáveis demográficas – tais como nível socioeconômico, cor/raça e gênero – que podem estabelecer a relação com o desempenho discente.

A partir de um exercício teórico fundamentado nos resultados do Sistema de Avaliação da Educação Básica no período de 2013 a 2021, o objetivo deste resumo é

discutir o potencial da BNCC para dirimir as desigualdades de aprendizagem. Para tal, adotamos como recorte o estado de Minas Gerais por ser o maior estado da região Sudeste, ter 20,54 milhões de habitantes localizados em 586.528 km<sup>2</sup> distribuídos em 853 municípios (IBGE, 2022). Dentre as etapas da educação básica, optamos pelo Ensino Fundamental pelo maior quantitativo de escolas públicas em Minas Gerais – cerca de 16.000 –, sendo, nos anos iniciais, 72% municipal e 28% estadual, e, nos anos finais do Ensino Fundamental, 32% municipal e 68% estadual.

Trata-se de uma pesquisa quantitativa na qual os cálculos estatísticos foram realizados no *software* SPSS (Statistical Package for the Social Sciences) na consecução das duas fases metodológicas. Na primeira, denominada seleção da amostra da pesquisa, recortamos as bases de dados do SAEB para deixar apenas os dados referentes às redes públicas – municipal, estadual e federal – de Minas Gerais, considerando apenas as escolas que ofertam o 5º e/ou 9º ano do Ensino Fundamental, resultando em cerca de 4.000 unidades de ensino por etapa em cada edição do SAEB. Cabe ressaltar que o desenho longitudinal adotado nesta pesquisa busca explorar fatores associados à proficiência em Matemática e Língua Portuguesa nas edições do SAEB de 2013 a 2021.

Como a previsão de estruturação e implementação da BNCC era até 2020, sendo significativamente afetada pela pandemia de Covid-19, presume-se que a implementação começou a partir de 2021. Em virtude disso, definiu-se o recorte de dados no período de 2013, antes da BNCC, até 2021 – início de sua implementação. A segunda fase realizou-se a partir dos questionários contextuais dos alunos, o levantamento de quais variáveis poderiam ser usadas para mapear a desigualdade de aprendizagem.

A base teórica utilizada para estabelecer as articulações entre variáveis sociodemográficas e de desempenho advém do campo da Sociologia da Educação e, especificamente, sobre desigualdades de aprendizagens (Alves *et al.*, 2016), que nos permitiu selecionar variáveis que dialogassem com: (i) gênero – feminino ou masculino; (ii) nível socioeconômico, mensurado pela maior escolaridade do pai ou da mãe do estudante buscando identificar alta escolaridade – Ensino Médio ou Superior –, baixa escolaridade – até Ensino Fundamental – ou os alunos que não sabem ou não responderam; (iii) e a raça foi considerada de acordo com as categorias compostas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que as classifica como branco, pardo, preto, amarelo e indígena. Caracterizaremos as desigualdades de aprendizagem a

partir da comparação entre a distribuição de resultados dos estudantes e do nível socioeconômico, cor/raça e gênero.

Tabela 1: Estatísticas descritivas das Proficiências em Matemática e Língua Portuguesa da rede pública do estado de Minas Gerais, por ano de escolaridade e edição do SAEB

| Estatísticas descritivas   | 2013   |        | 2015   |        | 2017   |        | 2019   |        | 2021   |        |
|----------------------------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|
|                            | 5º ano | 9º ano |
| Média de Matemática        | 225,96 | 259,73 | 227,29 | 259,42 | 231,14 | 257,55 | 232,03 | 261,44 | 216,17 | 255,77 |
| Média de Língua Portuguesa | 208,19 | 251,55 | 216,13 | 254,70 | 223,03 | 256,45 | 219,14 | 257,40 | 209,62 | 257,92 |

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados (MEC/INEP).

A observação das médias é bastante relevante, mas, para aprofundarmos a análise, verificamos a desigualdade a partir de variáveis sociodemográficas – gênero, cor/raça, nível socioeconômico – que indicam as distâncias da proficiência entre os grupos. A tabela a seguir apresenta as variáveis demográficas de Minas Gerais:

Tabela 2: Tabela 04: Média das Proficiências em Matemática e Língua Portuguesa por ano de realização do SAEB grupos definidos por sexo, cor/raça e NSE<sup>11</sup>

| Ano de escolaridade | Edição da Prova Brasil | Matemática |        | Língua Portuguesa |        | Matemática | Língua Portuguesa |
|---------------------|------------------------|------------|--------|-------------------|--------|------------|-------------------|
|                     |                        | D          | E      | D                 | E      |            |                   |
| 5º ano              | 2013                   | 213,54     | 253,17 | 189,01            | 243,05 | 39,63      | 54,04             |
|                     | 2015                   | 216,73     | 246,53 | 198,78            | 243,02 | 29,80      | 44,24             |
|                     | 2017                   | 219,17     | 251,94 | 203,15            | 251,82 | 32,77      | 48,67             |
|                     | 2021                   | 202,82     | 237,23 | 187,10            | 238,47 | 34,41      | 51,37             |
| 9º ano              | 2013                   | 252,89     | 279,43 | 234,53            | 280,31 | 26,54      | 45,78             |
|                     | 2015                   | 254,33     | 278,86 | 238,29            | 284,05 | 24,53      | 45,76             |

|  |      |        |        |        |        |       |       |
|--|------|--------|--------|--------|--------|-------|-------|
|  | 2017 | 249,89 | 278,96 | 239,43 | 287,16 | 29,07 | 47,73 |
|  | 2021 | 247,75 | 276,57 | 189,01 | 243,05 | 28,82 | 54,04 |

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados (MEC/INEP).

D = Meninos pretos de famílias com baixa escolaridade; E = Meninas brancas de famílias com alta escolaridade;

Observa-se que a diferença de proficiência é significativamente afetada pelo gênero, pela raça e pelo nível socioeconômico; as meninas têm melhor desempenho em Língua Portuguesa, enquanto os meninos têm em Matemática. Além disso, de acordo com Alves *et al.* (2016, p. 55), “um grupo que está em desvantagem de 20 pontos em relação a outro está cerca de 1 ano de aprendizado atrás, mesmo cursando a mesma série”, indicando que os meninos pretos com baixa escolaridade, especialmente no 5º ano, estão atrasados em suas aprendizagens, pois seu nível de conhecimento é incompatível com o ano de escolaridade em que se encontram, condenando-os a reprovações e repetências segregadoras (Matos *et al.*, 2020). Ao não discutir as diferentes identidades, culturas e condições sociais, o currículo oculta os determinismos sociais e econômicos que contribuem para a manutenção da invisibilidade da realidade dos alunos. Dessa forma, a BNCC pode ampliar os processos de exclusão social, aprofundar as desigualdades de aprendizagem e reduzir o papel das escolas como fator de geração de oportunidades sociais (Matos *et al.*, 2020). Portanto, no âmbito das redes públicas de Minas Gerais, a BNCC se posiciona como uma política pública educacional que se (re)politiza de forma conservadora, ignorando as relações educação-sociedade influenciada por aspectos sociais, econômico, raciais e de gênero que são determinantes nas desigualdades de aprendizagem.

## Referências

- ALVES, Maria Teresa Gonzaga; SOARES, José Francisco; XAVIER Flavia Pereira. Desigualdades educacionais no ensino fundamental de 2005 a 2013: hiato entre grupos sociais. **Revista Brasileira de Sociologia**, Porto Alegre, v. 4, p. 49-81, 2016.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018.
- DUBET, François. O que é uma escola justa? **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 34, n. 123, p. 539-555, set./dez. 2004.
- HAGE, Salomão Antônio Mufarrej; CAMARGO, Leila Maria; GOMES, Raimunda Kelly; FIGUEIRÊDO, Raimunda Kelly. BNCC e BNCF: padronização para o controle político da docência, do conhecimento e da afirmação das identidades. *In*: UCHOA, Antônio Marcos da Conceição; LIMA, Átila de Menezes; SENA, Ivânia Paula Freitas de

Souza (Orgs.). **Diálogos críticos – reformas educacionais**: avanço ou precarização da educação pública. Vol. 2. Porto Alegre: Editora Fi, 2020.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Cidades e Estados. 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/mg.html> Acesso em: 16/02/2025

MATOS, Cleide Carvalho de; REIS, Manuelle Espindola dos; LIMA, Natamias Lopes de. Relações entre a BNCC, as questões extraescolares e a educação de nível médio no Marajó. *In*: UCHOA, Antônio Marcos da Conceição; LIMA, Átila de Menezes; SENA, Ivânia Paula Freitas de Souza (Orgs.). **Diálogos críticos – reformas educacionais**: avanço ou precarização da educação pública. Vol. 2. Porto Alegre: Editora Fi, 2020.

LOTTA, Gabriela Spanghero; BAUER, Marcela; JOBIM, Rita; MERCHAN, Catherine Rojas. Efeito de mudanças no contexto de implementação de uma política multinível: análise do caso da Reforma do Ensino Médio no Brasil. **Revista de Administração Pública** | Rio de Janeiro 55(2): 395-413, mar. - abr. 2021.

MEIRA, Marina. Igualdade, Diferença e Conhecimento: o que pode uma base curricular comum em meio à “tensão” entre direitos? **Pro-Posições** | Campinas, SP | V. 33 | e20200012 | 2022.

ZAJAC; Danilo Rodrigues; CÁSSIO, Fernando. A aprendizagem da pedagogia das competências na BNCC. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 44, e270962, 2023.